



“CONFINAR” E “REFLORIR”: O DISCURSO DO CAPITAL SOBRE A CIÊNCIA E A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Joyce Palha Colaça¹

Thaís Araujo da Costa²

PALAVRAS INICIAIS

Com base na Análise de Discurso materialista, propomo-nos a analisar um vídeo de 57” publicado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Rio de Janeiro (SINEPE), em 2020, quando ocorria no município uma disputa política e judicial sobre a retomada das atividades presenciais nas escolas. Para tanto, tendo em vista que a perspectiva teórica a que nos filiamos pressupõe que os procedimentos metodológicos se constituem a partir do batimento entre descrição e interpretação do *corpus*, organizamos nosso gesto de análise (ORLANDI, 2003) em três momentos: no primeiro, com vistas a melhor compreendermos as condições de produção em que se inscreve o *corpus* recortado, faremos uma breve retomada de alguns acontecimentos históricos; no segundo, mobilizando o conceito de materialidade significante (LAGAZZI, 2011), procederemos a uma descrição do vídeo do SINEPE; e, no terceiro, trabalhando na intersecção das materialidades verbo-visual e refletindo sobre a relação estabelecida com a história, empreenderemos nosso movimento de leitura objetivando depreender o modo como discursos sobre a ciência, no imbricamento entre discursos sobre a escola e sobre os sujeitos que (se) constituem (n)esse espaço, são formulados e (re)produzidos no discurso do sindicato patronal.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO VÍDEO DO SINEPE

Em 13 de março de 2020, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, publicou o Decreto sanitário nº 46.973/2020 com o estabelecimento do isolamento social, cujo desdobramento provocou, dentre outras medidas, a suspensão das aulas presenciais em função da pandemia de Covid-19. A suspensão, que a princípio seria de 15 dias, vinha sendo constantemente prorrogada desde então em virtude do aumento do número de casos no Estado. Tal fato causava muita controvérsia devido à insatisfação sobretudo da parte de alguns gestores das escolas privadas, que, dizendo-se pressionados por um grupo de pais de alunos, alegavam terem, em cinco meses de suspensão das atividades presenciais, feito “o dever de casa”, estando assim, conforme afirmado no vídeo supracitado, “a escola privada pronta para reiniciar”.

No final de maio, após anúncio realizado pelo então Prefeito Marcelo Crivella da reabertura gradual das atividades econômicas a partir de junho, o debate sobre a “volta às aulas” intensificou-se no município.

¹ Doutora em Estudos de Linguagem, professora de língua espanhola, UFS.

² Doutora em Estudos de Linguagem, professora de língua portuguesa, UERJ. Pesquisadora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFF.

O Plano de Retorno da prefeitura inicialmente previa a retomada “voluntária” (e aqui cabe perguntar: para quem?) das atividades presenciais nas escolas para julho. Desde então, no entanto, a data desse possível retorno mudou diversas vezes, sendo promovida inclusive, em uma das propostas, uma distinção entre o ensino público e o privado, cujo retorno passou-se a considerar que deveria anteceder o daquele. Essas recorrentes mudanças se deveram tanto a questões federativas, quanto jurídicas e/ou políticas, notadamente em virtude do embate ideológico entre Prefeitura e Governo do Estado.

Em 4 de julho, o sindicato dos professores do município do Rio de Janeiro e região (SINPRO-RIO) deliberou por maioria de votos em assembleia da categoria realizada virtualmente o estabelecimento de greve parcial, isto é, exclusivamente para as atividades presenciais. A manutenção da “greve pela vida”, conforme formulação proposta pelo próprio sindicato, foi ainda ratificada em outras assembleias realizadas em 1º e 15 de agosto. Nas intervenções orais realizadas por professores nas duas primeiras assembleias, dois pontos se destacaram quais sejam: o questionamento da legalidade da greve na rede privada e o medo de se perder o emprego, seja por demissão, seja por motivo de falência da escola, em caso de não retomada das atividades presenciais.

A publicação do vídeo do SINEPE ocorreu no último final de semana de julho – um pouco antes, portanto, da segunda assembleia realizada pelo SINPRO-RIO em 1º de agosto. A essa época, com mais de 1 mil mortes diárias, o Brasil estava se aproximando da marca de 100 mil mortos, sendo destas 100 mil quase 15 mil no Estado do Rio de Janeiro – onde o número de mortes se mantinha em torno de 100 por dia – e 8 mil no município. Nessas condições sócio-históricas, nas redes sociais, o luto dividia espaço com as discussões sobre a “voltas às aulas”, quando o vídeo aqui tomado como *corpus* foi postado pelo sindicato patronal, sendo logo em seguida, no entanto, apagado. Quanto a isso, lembremos, por fim, as reflexões de Dias (2015), a partir de Paveau, sobre o funcionamento do arquivo digital. De acordo com a autora, uma das características desse tipo de arquivo é a sua instabilidade, visto que, além de poder sofrer atualização, pode tornar-se indisponível ao acesso a qualquer momento. Essa instabilidade, contudo, escapa à vontade daquele que se responsabiliza ou que tenta não se responsabilizar pela postagem, já que, a partir do momento em que um arquivo “cai na rede”, controlar a sua circulação torna-se impossível. Com isso, Dias (ibid.) chama-nos atenção para o fato de que há algo no digital que falha, a despeito do poder que é ilusoriamente conferido aos seus “usuários”. Assim, apesar de, diante dos efeitos de leitura produzidos nos primeiros momentos de circulação do vídeo, o SINEPE tê-lo retirado das suas redes sociais, ele continua disponível no espaço digital, (re)produzindo sentidos a cada visualização. Foi assim que tivemos acesso a ele, notadamente por meio do canal do Uol na plataforma Youtube, onde foi publicado sob o título “SINDICATO DE ESCOLAS PRIVADAS DO RIO CRITICA ISOLAMENTO SOCIAL”³. Passemos à descrição do vídeo.

O VÍDEO DO SINEPE

Como anunciado, a partir do conceito de materialidade significativa, tal como formulado por Lagazzi (2011, p. 402), trabalhando na intersecção entre as diferentes materialidades que compõem o vídeo do SINEPE, buscaremos refletir sobre a sua “imbricação material significativa”. Essa tomada de posição teórico-metodológica implica a consideração, assim como propõe a autora, de que a relação entre

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dWuJeDhT3i8>. Acesso em: 13 jan. 2022.

imagem/fala/musicalidade no vídeo não se dá por acréscimo, mas por contradição. Isto é, tendo em vista a incompletude constitutiva de cada uma dessas materialidades, trabalharemos uma no entremeio da outra, pensando a sua “composição contraditória” e, por conseguinte, tomando a unidade projetada pelo vídeo como efeito para então pensar a contradição nas/das relações sociais nele materializadas.

Na materialidade visual, nos 3” iniciais, é possível perceber que o fundo do vídeo apresenta a predominância da cor cinza. Alguns tons em amarelo, azul e verde – cores da bandeira nacional – vão surgindo, como se iluminando o cenário escuro. Formam-se corpos de pessoas, adultos e crianças, sempre com a face triste nesses primeiros instantes.

Figura 1 – Vídeo SINEPE – segundos iniciais



Aos 14”, o corpo de uma senhora aparece entre barras, como grades, que a prendem a um espaço solitário. Dentro do que se propõe como sua casa, atrás das grades, o ambiente é escuro e, à sua volta, além das grades, o amarelo predomina. Na cena seguinte, aos 18”, o trabalho com a iluminação segue o caminho inverso. Tons em amarelo iluminam o espaço até aparecerem duas crianças de costas olhando para a rua através de uma janela. Quando o espaço restrito da casa se define, o cinza volta a dominar o ambiente, se dissolvendo e formando o corpo de uma professora no espaço escolar, em que – sem máscara – interage sorridente com alunos que levantam a mão para participar da aula. Note-se aqui mais uma vez o jogo com os tons amarelo e verde.

Figura 2 – Vídeo SINEPE – 14” e 18”



Figura 3 – Vídeo SINEPE – 19”-22”



A relação entre essas cores prevalece durante todo o vídeo também pelo jogo entre os espaços abertos e fechados, rua/ casa, sala de aula/ tela do computador. Os corpos estão sempre olhando em direção ao exterior através de grades e janelas, reforçando a ideia do “confinar” que se materializa na textualidade que marca a enunciação. Intensificando a ideia do “reflorir”, a partir dos 40” do vídeo, os espaços externos ensolarados passam a predominar, além da profusão de cores que acompanha expressões alegres e felizes. Assim, os sentidos de “confinar” e “reflorir” se opõem na materialidade visual e, como buscaremos demonstrar na próxima seção, também na verbal narrada por uma voz feminina e transcrita integralmente na sequência a seguir:

Os meses se passaram. Aprendemos a conviver com o vírus. O Covid nunca irá de todo, o que acaba é o medo. Hoje sabemos lidar, tratar, nos proteger, respeitando as rotinas, as regras e os protocolos. Estamos prontos. Fizemos o dever de casa. A escola privada está pronta para reiniciar. Vimos que a ciência é a vacina. Estudos só confundiram. Trancar todos em casa não é ciência. Confinar é desconhecer, é ignorar, é subtrair vida, é fragilizar, debilitar, mexer com o emocional. As crianças precisam voltar a se relacionar, brincar,

refazer laços, amizades. Rever seus amigos. Hora de reflorir. Recriar no novo tempo. O sol precisa voltar a brilhar.

UMA PROPOSTA DE LEITURA: A CONTRADIÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Em nosso gesto de leitura dos modos como a contradição se faz significar no vídeo do SINEPE, chamou-nos atenção, na materialidade verbal, uma formulação que produz um efeito de didatização, remetendo-nos à memória da organização dos conteúdos escolares na sociedade ocidental: a lista de palavras. Ao listar os verbos no infinitivo, enunciados parafrásticos tomam corpo e projetam como equivalentes alguns significantes, tais quais “confinar” e “subtrair vida”. O discurso do sindicato patronal, que se coloca como pedagógico (ORLANDI, 1983), se impõe autoritariamente pela saturação de enunciados entrecortados que, pelo deslize da denominação veiculada como “distanciamento social” para “confinamento” e pela rede que vai avançando na argumentação e se marca como “subtrair vida”, estabelece sentidos sobre a ciência instaurados imaginariamente a partir do lugar da escola, que, por sua vez, se institui como um lugar de mediação do saber científico.

Tal posicionamento se apresenta como uma evidência, um efeito de verdade (MEDEIROS, 2017), promovendo um apagamento do discurso científico e de suas recomendações, segmentando-o e ressignificando-o de modo a deslocar sentidos. Veicula-se um discurso sobre a ciência, supostamente aliando-se a ela pela defesa da vacina, mas a contrariando ao negar o distanciamento social. Na rede que se contrapõe, o discurso sobre o sujeito aluno é o da necessidade de que precisa refazer laços. Nesse ponto, mobiliza-se a metáfora da primavera, significada como o momento de “recomeço” e textualizada em palavras como “reflorir”, “sol” e “brilhar”, além de no jogo que se faz nos tons do vídeo, que de cinza passam a verde, azul e amarelo e, posteriormente, a uma profusão de cores e corpos que tomam forma e mudam de acordo com a cena. Assim, na mudança entre o “confinar” e o retornar à escola, os sentidos que se reproduzem mostram a transformação do espaço da casa cinza, fria e triste para o da escola colorida, iluminada e feliz. Entretanto, o que não se diz nesse vídeo é que o lugar ocupado pelo enunciador não contempla os interesses de toda a comunidade escolar.

Dessa maneira, impôs-se em nossa análise refletir acerca da in/visibilidade colocada em movimento na contemporaneidade, conforme Romão e Galli (2013, p. 114-115), a partir do estabelecimento de “formas de poder(-saber) que são exercidas nos e pelos sujeitos, via práticas de formação e transformação que estabelecem modos de ser”. Um sindicato propõe-se a representar uma coletividade. No caso em tela, essa coletividade é constituída pelos proprietários de escolas privadas do Município do RJ, que se projetam no dizer por meio da expressão nominal “a escola privada” e pela desinência de 1ª pessoa do plural, construções que produzem como efeito a generalização daquilo que se toma por escola privada, apagando as condições materiais de existência das diversas escolas dessa rede.

Além disso, a 1ª pessoa do plural, dado o seu efeito inclusivo, conforme Colaça (2010), em formulações como “*Aprendemos a conviver com o vírus. / Hoje sabemos lidar, tratar, nos proteger*”, inscreve imaginariamente no dizer outras posições que não são ocupadas por aqueles que o sindicato representa. Concordando com Indursky (1997, p. 66, grifos da autora), em nossa análise, tomamos emprestado o pressuposto de que o “nós”, inscrito pelas desinências verbais, assume o lugar de *não-pessoa discursiva*, “dado que [...] designa conjuntos lexicalmente não nomeados”. Logo, o que se coloca nesse funcionamento

é a indefinição da referência que se faz quando se emprega um “nós” sem que antes esteja explícito quais grupos nele estão incluídos.

Por tal indefinição, nos cabe perguntar: Quem aprendeu? Quem sabe? A escola privada, segundo o seu sindicato, sem dúvida. E quem mais? O professor? Os demais profissionais da educação? Sobre esses nada se diz, mas o corpo de uma professora aparece na imagem (Figura 3) no momento em que a narradora diz “*Estamos prontos. Fizemos o dever de casa*”, não só fazendo funcionar a ilusão de que, sendo o professor parte da escola, todos os professores da rede identificam-se a esse posicionamento, mas também silenciando o posicionamento do Sindicato dos Professores das Escolas Privadas, que à época da postagem do vídeo havia deliberado em assembleia “greve pela vida”, bem como dos demais sujeitos da/na comunidade escolar. Dito de outro modo, nesse imaginário de concordância entre as partes, o Sinepe diz em nome dos empresários da educação como se dissesse em nome de todos.

Mais adiante, defende-se que as crianças precisam voltar à escola, instituição que, por meio de paráfrases, é significada como espaço de socialização indispensável ao desenvolvimento infantil. Nessa rede parafrástica, certos sentidos se estabilizam (ORLANDI, 2009), fazendo esquecer que sentidos outros circulam sobre a escola, a significando, por exemplo, como lugar de grande transmissão do vírus. Vale ressaltar que, ao se dizer priorizar a necessidade dos alunos, projetam-se, como interlocutores do vídeo institucional, os responsáveis por alunos de escolas privadas, isto é, aqueles que, de um modo geral, pagam as mensalidades, movendo o mercado educacional. Assim, cabe perguntar: que outros sentidos estão em jogo no dizer do sindicato patronal sobre a escola, sobre os sujeitos da/na escola e sobre a ciência? Para responder a essa questão, nos apoiamos na reflexão de Esteves (2021, p. 73), que nos recorda que, “*para manter o sistema financeiro em funcionamento*”, a classe trabalhadora não poderá “*se isolar por muito tempo, protegendo-se de uma doença misteriosa e extremamente contagiosa [...]*”.

PALAVRAS FINAIS

Como nos lembra Pêcheux ([1976] 2011, p. 249), “nada no mundo se desenvolve sem contradição”, tomada discursivamente como efeito da luta de classes. Assim é que, com o percurso analítico empreendido, foi possível depreender como o discurso do sindicato se apropria de fragmentos do discurso científico para validar seu lugar de autoridade e impor-se como verdade única e inquestionável, silenciando, para tanto, o dizer da ciência, dos professores e do seu sindicato, bem como dos demais profissionais da educação, embora suponha, de diferentes modos incluí-los. Nesse funcionamento, a partir do discurso capitalista que sustenta o discurso do sindicato patronal, produz-se um discurso *sobre* a ciência, estabelecendo-se redes parafrásticas que opõem o que é e o que não é desse lugar considerado “ciência”. Assim, de um lado, tem-se, a formulação de que “a ciência é a vacina” e, de outro, a de que “Estudos só confundiram. Trancar todos em casa não é ciência”. A contradição de que nos fala Pêcheux opõe, desse modo, no dizer do sindicato, interesses sanitários a econômicos, mas essa oposição não se materializa de forma simétrica, já que, ao dizer *sobre* a ciência, o discurso *da* ciência é desconstruído e reconstruído a partir do discurso capitalista que sustenta o discurso do sindicato patronal. Daí entendermos com Orlandi (2011, p. 10) que, no que respeita a movimentos sociais, por meio da ilusão de inclusão, consensos são (re)produzidos de modo que seu funcionamento se constitui “como mais um componente do que no marxismo se chama de processo de alienação”.

Por fim, gostaríamos de destacar que a análise por nós aqui proposta constitui-se como um primeiro olhar para a discursividade em questão. Imediatamente após a publicação do vídeo do SINEPE, o SINPRO publicou um vídeo em resposta e intensificou a divulgação de cartazes da campanha #emdefesadavida, bem como de vídeos em que artistas e cientistas afirmavam apoio ao não retorno das atividades presenciais na escola. Sendo assim, em gestos futuros de análise, pretendemos ainda contrapor os vídeos dos dois sindicatos, com vistas a melhor compreender os efeitos de sentido em tensão nas condições de produção em que se inscrevem.

REFERÊNCIAS

- COLAÇA, J. P. **O discurso socialista cubano contemporâneo sobre a deserção**: uma análise dos pronunciamentos de Fidel Castro. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 2010.
- DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set./dez. 2015.
- ESTEVES, P. M. da S. “Fique em casa”, “Se puder, fique em casa”, “Se precisar sair, use máscara”: imperativos e condicionais de uma pandemia. *In*: BAALBAKI, A.; SILVA, L. F. A. (org.). **Discursos da pandemia**: entre dores e incertezas. Campinas, SP: Pontes, 2021, p. 69-80.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. *In*: RODRIGUES, E.; SANTOS, G.; CASTELO BRANCO, L. (org.) **Análise do Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre – uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.
- MEDEIROS, V. G. Uma reflexão sobre intervenções dos escritores e o efeito verdade. *In*: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia (Vol. 3). Campinas: Pontes, 2017. p. 131-142.
- ORLANDI, E. O discurso pedagógico: a circularidade. *In*: ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, E. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. *In*: DIAS, Cristiane (org.). **E-urbano**: sentidos do espaço urbano/digital. Campinas: Labeurb, 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Anais do I SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>. Acesso em: 1 dez. 2003.
- PÊCHEUX, M. Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais (1976). *In*: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 231-250.
- ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. C. S. **Efeitos de sentido em cartuns**: sujeito e consumo da/na rede eletrônica. **RUA** [online], v. 2, n. 19, 2013.